

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA - EB

César Ribeiro Siqueira

O Pasquim: charges como fontes de informação e enfrentamento à Ditadura Militar
Brasileira

Rio de Janeiro
2017

César Ribeiro Siqueira

O Pasquim: charges como fontes de informação e enfrentamento à Ditadura Militar
Brasileira

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Biblioteconomia da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro, como
requisito parcial à obtenção do título de bacharel
em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo da Silva Alentejo

Rio de Janeiro

2017

S618p Siqueira, César Ribeiro

O Pasquim: charges como fontes de informação e
enfrentamento à Ditadura Militar Brasileira / César Ribeiro
Siqueira. – Rio de Janeiro, 2017.

. 44 f., il.

Orientador: Eduardo da Silva Alentejo.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro.

1.Charge. 2. Ditadura Militar. I. Alentejo, Eduardo da Silva. II.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. III. Título.

CDD 025

CÉSAR RIBEIRO SIQUEIRA

O Pasquim: charges como fontes de informação e enfrentamento à Ditadura Militar
Brasileira

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Biblioteconomia
da Universidade Federal do Estado do Rio
de Janeiro, como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel em
Biblioteconomia.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2017.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Eduardo da Silva Alentejo (orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Professora Dra. Bruna Nascimento.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Professor MS Alex Guizalberth
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força e sabedoria para chegar até aqui. Aos meus pais, Ana Cláudia e Victor, e amigos, por todo apoio e incentivo durante minha caminhada na graduação e nos momentos difíceis da minha vida. Também agradeço aos professores e colegas do curso de Biblioteconomia da UNIRIO, principalmente ao meu orientador professor Eduardo Alentejo por toda atenção, dedicação e orientação para desenvolver essa monografia.

“Todo equívoco humano é satirizável. Enquanto houver ser humano com suas carências, inseguranças e dúvidas, haverá sátira” (Ziraldo).

RESUMO

Trata sobre as charges do jornal O Pasquim como fontes de informação e enfrentamento à ditadura militar brasileira. Analisa e categoriza os temas nas charges no contexto político que foram publicadas no Jornal 'O Pasquim' no período compreendido entre 1970 a 1976. Explica que em seu contexto histórico, o jornal O Pasquim é compreendido como alternativo, e os temas predominantes abordados nas charges e seu valor como registro histórico. Mediante estudo exploratório, apresenta a revisão de literatura sobre as charges e censura nesse período, e na segunda parte foi dada cobertura dos temas políticos mais representados nas charges durante a Ditadura Militar Brasileira. Os resultados da análise das charges podem ser compreendidas como registro histórico, capaz de documentar o teor político de um determinado contexto social, pois, como expressão de linguagem, elas são temporais, tendo seu conteúdo o peso e a relevância em determinados períodos históricos aos quais elas satirizam, no caso desse estudo, a Ditadura Militar. Conclui que charges têm seu lugar como recurso de linguagem e fonte de informação, valor de memória histórica e de denúncia e enfrentamento ao Regime Militar.

Palavras-chave: Ditadura Militar – Brasil. O Pasquim. Charges políticas. Fonte de Informação. Valor Histórico. Valor Documental

ABSTRACT

The theme of this work is about the cartoons of the newspaper 'O Pasquim', as sources of information and confrontation with the Brazilian military dictatorship. The objective was to analyze and categorize the themes in the cartoons in the political context that were published in the newspaper 'O Pasquim' in the period between 1970 and 1976, in its context as an alternative newspaper, analyzing the predominant themes addressed in the cartoons and their value as a record historic. The chosen research methodology is characterized by being an exploratory study, firstly by bibliographical research to analyze the specialized literature on cartoons and censorship in this period, and in the second part the political themes most represented in the cartoons during the Brazilian Military Dictatorship were covered. The results of the cartographic analysis can be understood as a historical record, capable of documenting the political content of a social context, since, as an expression of language, they are temporal, their content having weight and relevance in certain historical periods to which They satirized, in the case of this study, the Military Dictatorship. It concludes that The cartoons have their place as a resource of language and source of information, value of historical memory and of denunciation and confrontation with the Military Regime.

Keywords: Military Dictatorship - Brazil. O Pasquim. Political Charges. Information Sources. Historical value. Documentary Value.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro - Relação de quantidade de charges com os assuntos identificados.....	22
Charge 1 - A autocensura.....	23
Charge 2 - A autocensura 2.....	24
Charge 3 - Censura prévia na imprensa.....	25
Charge 4 - A censura prévia	26
Charge 5 - Pensamento liberal na prisão.....	27
Charge 6 - Dicas de leitura	28
Charge 7 - Anos de chumbo	29
Charge 8 - Incerteza política.....	30
Charge 9 - Novo código penal	31
Charge 10 - Lei da anistia	33
Charge 11 - Problemas da anistia.....	34
Charge 12 - A anistia e a inflação	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 JUSTIFICATIVAS	12
3 METODOLOGIA	13
4 A CHARGE COMO GÊNERO TEXTUAL, COMUNICAÇÃO E REGISTRO	14
5 CENSURA IMPOSTA À IMPRENSA NA DITADURA MILITAR	18
6 ‘O PASQUIM’: ENFRENTAMENTO ATRAVÉS DO HUMOR	20
7 AS ANÁLISES DAS CHARGES NO JORNAL ‘O PASQUIM’	22
7.1 Censura.....	23
7.2 Prisões e abuso do poder político.....	27
7.3 Anistia	32
8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	36
9 CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado “O Pasquim: charges como fontes de informação e enfrentamento à Ditadura Militar Brasileira” trata sobre charges como recurso informacional para crítica ao governo no Brasil na época da ditadura militar.

Algo que concilia estudos adquiridos no curso de Biblioteconomia, como nas áreas de Fontes de Informação, Bibliografia e Documentação, com questões de política, com a arte e história de nosso país.

A noção de documento, objeto de pesquisa bibliográfica, segundo Briet (1951) também engloba a possibilidade de o documento estar reunido ou conservado para fins de consulta, estudo ou prova em contextos de intencionalidade, tal como a charge também pode ser compreendida.

Nessa perspectiva, jornais e revistas de consumo de massa são fontes de informação derivados da indústria editorial e cultura de massa (TEIXEIRA COELHO, 1993) que se constituem em partes que caracterizam o expediente editorial da publicação, podendo incluir a manifestação de charges.

Ramos (2016) e Silva (2008) explicam a história das charges como recursos criados no princípio do Século XIX, por pessoas que buscavam registrar sua oposição a governos ou por críticos políticos que expressavam seus pontos de vista de modo inusitado.

De acordo com Ramos (2016), ao longo do tempo, as charges foram reprimidas por governos, mas que, no entanto, ganharam popularidade junto à população, resistindo, portanto, aos tempos de hoje.

A história da charge no Brasil abarca vários assuntos, incluindo a política pela intervenção artística da crítica social mediante emprego de variado estilo de cunho satírico (MOTTA, 2006). O auge dessa crítica à política pode ser percebido desde a ditadura militar aos dias atuais por terem sido períodos de efervescências políticas (SOUZA, 2008).

Segundo Motta (2006), jornais e revistas impressos foram e continuam sendo os meios de comunicação que mais condensam a divulgação de charges. Isso exatamente por serem documentos periódicos, com relativo alcance à população. Jornais e revistas de grande alcance (circulação), outros títulos com alcance limitado a uma localidade e outros denominados por

alternativos proporcionam ainda impactos quanto à transmissão e circulação de charges de conteúdos políticos, em suportes impressos e atualmente digitais (MOTTA, 2006).

Nesse contexto, o universo de pesquisa é de charges publicadas no semanário 'O Pasquim', na década de 1970. No entanto, a amostra de charges de interesse para a pesquisa se encerra no ano de 1976, pois, em 1977 em diante as charges nesse periódico focavam essencialmente assuntos ligados ao esporte e à cultura.

Por charge, pode-se adotar a noção de que é um estilo de ilustração que tem por finalidade satirizar, por meio de uma caricatura, algum acontecimento atual com uma ou mais personagens envolvidos (MOTTA, 2006, p. 16; SILVA, 2010, não paginado; ARAGÃO, 2006).

Conforme Gaspari (2014, p. 223) reporta, os anos 1970 foram de efervescência da ditadura militar no Brasil e do qual além das publicações impressas, de grande alcance, dentre eles, O Globo, Gazeta Mercantil, Revista Veja, Manchete, 'O Pasquim' teve papel preponderante para a crítica à Ditadura Militar, principalmente através da charge (PETRINI, 2012).

Considerando o valor de registro histórico da charge publicada em jornais (QUEIROZ, 2004; MOTTA, 2006), os objetivos de pesquisa estão categorizados em geral e específico.

Como objetivo geral, visa analisar a literatura acerca do tema 'charge' em relação à censura à imprensa durante o período de ditadura militar brasileira no contexto do jornal alternativo O Pasquim. Nesse sentido, questiona-se: como a charge pode ser compreendida como registro histórico capaz de documentar o teor político de um determinado contexto?

Especificamente, objetiva-se analisar e categorizar os temas nas charges no contexto político que foram publicadas no Jornal 'O Pasquim' no período compreendido entre 1970 a 1976. Nessa possibilidade, questiona-se, então, quais são os temas políticos predominantes nas charges do jornal 'O Pasquim' na época da ditadura Militar?

Para atingir tais objetivos adotou-se o método exploratório para a pesquisa de natureza quali-quantitativa. A primeira parte metodológica decorre de revisão de literatura sob a consideração sobre o conceito de Briet (1951) de que o jornal e a charge são documentos e fontes primárias de informação

(TEIXEIRA COELHO, 1993). A seguir analisa-se o contexto histórico da Ditadura Militar, a censura imposta aos jornais e a charge de caráter político no jornal 'O Pasquim'.

Para a análise e categorização, utilizou-se o catálogo da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro é responsável pelo depósito legal desde 1825, via decreto presidencial, do depósito de publicações impressas, monográficas e seriadas. Através do catálogo da FBN, selecionou-se dentre os impressos colecionáveis pela instituição o título 'O Pasquim' cujo acesso se deu presencialmente na biblioteca.

Compreendendo a charge como gênero textual (RAMOS, 2016), a categorização das charges publicadas no periódico se refere aos temas presentes nas charges.

Nesse cenário, o presente TCC está dividido do seguinte modo: uma parte introdutória que discorre sobre o tema, objetivo e metodologia do estudo. A outra com resultados da revisão de literatura e descrição do objeto de pesquisa. Outra parte com a análise das charges, seguindo-se da discussão e conclusão do estudo.

2 JUSTIFICATIVAS

Segundo Braga (2015), charge é um recurso metodológico gráfico que condensa acontecimentos em uma determinada época, para demonstrar determinada evolução ou ainda evidenciar determinados fenômenos que se manifestam de modo semelhante ao longo do tempo, tratando-se, enfim, de estratégias metodológicas que aprimoram os recursos da escrita.

Narloch (2011) aponta que a história política brasileira é conturbada e carece de uma historiografia que demonstre os momentos de crise. O autor ainda alude que essa abordagem deveria estar isenta de qualificações ideológicas e de interesses de toda natureza.

Nessa possibilidade, uma representação possível dessa história política brasileira pode ser analisada uma vez que se baseia em charges contidas em um número de publicações impressas de circulação de massa, nesse caso, o jornal alternativo 'O Pasquim'.

Porém, não refletindo a isenção com a qual Narloch (2011) aponta, mas, de diversificar as várias intervenções via charge de humor e de crítica à política a fim de demonstrar o olhar político que influencia e é influenciado pelas tensões e momentos políticos brasileiros.

Esse trabalho de pesquisa se faz importante pela necessidade de avaliar o valor documental e histórico inserido nas charges, seu poder de informar a vários leitores sobre problemas políticos, sendo fundamental observamos como nossos governantes no passado nos "lideravam" Pós Golpe de 1964 e como as charges podem ser recursos informacionais para verificar problemas antigos nos dias atuais. Nesse sentido, pode-se supor que as charges são uma das nossas últimas linhas defesas contra a impunidade e a corrupção em nosso país.

O jornal é fonte de informação primária; meio de comunicação em massa com alguma periodicidade, sendo fonte de interação da sociedade com a divulgação de assuntos de interesse coletivo (TEIXEIRA, 2008, p. 68). Ao se considerar as charges como partes integrantes de jornais e revistas como fontes primárias de informação, entende-se seu valor informativo sob dois contextos: como gênero literário e documento.

3 METODOLOGIA

A pesquisa proposta nesse projeto é de natureza qualitativa e quantitativa. Para atingir os objetivos de pesquisa, a metodologia elegida se caracteriza por ser um estudo exploratório e ocorre em duas etapas.

A primeira mediante pesquisa bibliográfica visa analisar a literatura especializada sobre jornal. Charge e política no contexto da ditadura militar nos anos de 1970, período em que a censura foi mais implacável.

Essa parte da pesquisa ocorreu a princípio na base de dados no catálogo da Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Foram realizadas buscas no catálogo de publicações seriadas da FBN.

Este catálogo foi criado em 1922 e se encontra disponível para consultas e acesso às publicações de vários modos: diretamente ao impresso original ou por microficha.

O catálogo da Hemeroteca tem como finalidade a curadoria, tratamento e preservação de jornais, revistas, anuários e todos os tipos de veículos de circulação regular confiados à instituição por força da Lei de Depósito Legal.

Gomes (2013) recomenda análise documental de charges, considerando-as como gênero discursivo e documental, seus aspectos linguísticos e informativos.

A presente pesquisa adota semelhante abordagem. Pois, enquanto Gomes (2013) aplica a análise documental considerando desde a construção da imagem até a sua divulgação.

Nesta pesquisa, a análise das charges é explorada as especificidades do processo analítico aplicado à charge, a partir de sua caracterização enquanto gênero discursivo e documental, com foco na Ditadura Militar Brasileira.

Com a geração do levantamento dessas charges, baseado em contexto histórico e valor informacional, se procederá análises referentes à cobertura dos temas políticos mais representados nas charges, pois se sabe que os discursos que trazem em imagens refletem tanto os temas expostos ao debate no cenário nacional quanto evidenciam os problemas políticos do País.

4 A CHARGE COMO GÊNERO TEXTUAL, COMUNICAÇÃO E REGISTRO

De acordo com Perez (2017), a charge é um gênero textual, pois, configura-se como uma manifestação que em geral inclui texto e imagem para a transmissão de ideias.

A literatura especializada reporta que a charge é basicamente constituída em formato de desenho com caráter humorístico, geralmente usando o mínimo de texto verbal (ZIRALDO, 1975; AGOSTINHO, 1993; CAVALCANTI, 2012; RAMOS, 2016).

Trata-se de um tipo de gênero textual muito importante na mídia atual, graças à sua capacidade de fazer, de modo sintético, críticas político-sociais (AGOSTINHO, 1993; CAVALCANTI, 2012; RAMOS, 2016).

De acordo com Cavalcanti (2012, p. 74), o gênero textual 'charge' pode ser descrito do seguinte modo:

Engana-se quem imagina que a charge é apenas uma piada gráfica que utiliza a linguagem visual em sua construção. Na verdade, é um texto opinativo e, impressa nos jornais, é normalmente publicada no caderno de opinião em meio a cartas argumentativas, editoriais, artigos de opinião, entre outros.

Nessa explicação, Cavalcanti (2012, p. 82) explicita o valor comunicacional da charge, pois, sua publicação em jornais tem por objetivo a comunicação de um fato ocorrido em uma época definida, em um determinado contexto cultural, econômico, político e social; e sua compreensão está ligada aos conhecimentos desses fatores para ser entendida.

O emprego da charge revela papel midiático e fundamental como registro histórico e ainda segundo Vergueiro (2007, p. 93), a charge em geral é reproduzida por jornais de considerável circulação de massa e é passível de ser censurada em vários níveis de relações sociais e políticas em determinados contextos históricos.

Para Vergueiro (2007, p. 93), a charge tem sua continuação balizada pela liberdade intelectual: “deve ser vista como mais um passo na luta pelo desempenho de uma função social já consagrada por vários séculos de atuação do humorismo gráfico no mundo”.

No entanto, considerando a análise sobre 'charge' nos autores consultados, pode-se verificar a noção de valor histórico explicada por Agostinho (1993), da qual a charge é temporal por registrar um determinado evento ou fato histórico bem como perecível porque, o efeito que busca causar é imediato ao seu consumo face ao contexto do qual foi produzida e com o tempo adquire valor de registro histórico.

Sua afinidade é perceptível no contexto dos acontecimentos políticos e se constitui em críticas e manifestações bem-humoradas para assuntos contemporâneos em que foram publicadas (VERGUEIRO, 2007).

Tal como assegura Agostinho (1993, p. 46), por se tratar de imagem de rápida leitura, a charge é um texto atraente aos olhos do leitor e transmite múltiplas informações de uma só vez.

Sob a abordagem sociointeracionista da linguagem, para a qual o texto deve ser visto como uma atividade interacional, criativa e social, Bidarra e Reis (2013) explicam que a charge como gênero textual perpassa por um processo interpretativo.

Nesse sentido, como condição aos leitores de texto chárstico, existem pré-requisitos que vão deste a estar bem informado acerca do tema abordado, como a "ter visão crítica e humor; afinal, ali está focalizada e sintetizada certa realidade e somente os que conhecem essa realidade efetivamente entendem a charge" (AGOSTINHO, 1993, p. 46-47).

Ao se considerar o que explica Bakhtin (2002, p.95): "a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial". Guilardi (1996, p. 25) ainda explica que o produtor da charge não busca provocar risos ou gargalhadas, pois, ela é utilizada pelo autor como forma de denúncia à determinada situação vivida no mundo e sua construção só tem sentido se for elaborada com figuras públicas, que sejam reconhecidas pela população.

No plano dos jornais e revistas, é perceptível a propagação da charge nos principais impressos bem como na mídia alternativa brasileira durante o período de ditadura militar. Tal como reporta Guilardi (1996, p. 25):

[...] a charge, além de utilizar informações veiculadas pelas notícias, desperta o interesse pelo humor, pelas idéias implícitas, pela crítica não permitida em outros tipos de texto do próprio

jornal, enfim por revelar a ideologia subjacente aos discursos sociais. As informações novas transmitidas pelos jornais são quase as mesmas das notícias.

Nessa perspectiva, o efeito que se buscava com a charge era, na maioria das vezes, chamar a atenção dos leitores por meio de sátiras de um personagem ou uma situação, através dos exageros nos desenhos. Lembrando que uma charge não precisa necessariamente ter um texto escrito.

O papel do jornal vai além da simples tarefa de transmitir informação, ele foca a busca por reflexão por parte do receptor. Transmite ideias por meio da mídia impressa, informações sobre um fato, sua procedência e sua relevância.

A charge política não é muito diferente, pois cria um vínculo com acontecimentos de uma determinada região ou um poder político muito grande e, de maneira satirizada e sarcástica, propaga informação de uma maneira mais cômica e mostra com simples figuras o que não poderia ser dito com menos de mil palavras (TOZZI et al, 2008).

Segundo o entendimento de Bakhtin (2002, p.90) em relação à interpretação, pode – se dizer que é uma resposta da pessoa para um texto (falado ou escrito). Para ele, o sujeito trabalha vozes sociais, ou seja, o "conhecimento de mundo" do sujeito é constituído de sua formação como ser social.

[...] o humor foi sempre considerado um foco contra resistência contra as mentiras, contra as injustiças, tem a capacidade de denunciar, de uma maneira não linear, não convencional, as situações da vida do cotidiano (AGOSTINHO, 1993, p.34).

Para Ghilardi (1996, p.25), jornal é importante para o chargista político, pois ele necessita de um rápido e fácil entendimento do leitor que, na maioria das vezes, não tem tempo ou, por preguiça, não pode ler um texto muito longo.

Mesmo a charge possuindo características individuais, ela consegue relacionar-se tanto com os textos encontrados dentro do jornal, como fora dele. Essa inter-relação textual permite ao leitor uma localização contextual, o que o auxilia na construção de sentidos e na interpretação da charge.

[...] narrar os fatos e expressar as idéias segundo os padrões historicamente definidos como jornalismo informativo e jornalismo opinativo não altera fundamentalmente o resultado do processo interativo que se estabelece entre a instituição jornalística e a coletividade (MELO, 1985, p.16).

Nesse aspecto, Melo (1985) evidencia o valor histórico da charge em sua construção com base em linguagem de fácil comunicação e acesso por parte do público consumidor, tornando-se assim um gênero textual para efeitos de transmissão de ideias.

Para Teixeira (2008, p. 81), a charge é um item imagético inserido no jornal e agregada a artigos ou a notícias com o intuito de enfatizar ou evidenciar a parte textual que por vezes se torna indispensável tal como uma fotografia.

Teixeira (2008, p. 81-82) observa que Millôr Fernandes destacou: “quem diria! A história que meu filho lê nos livros de hoje eu lia nos jornais do dia!”, e que por isso o jornal na contemporaneidade estendeu o sentido de “documento para todos os suportes produzidos pelo homem e não somente para aqueles que contém a verdade sobre os fatos – exatamente porque, falso ou verdadeiro, todo documento tem capacidade para contar uma história”.

O registro da charge permite apontá-la com o valor de documento sob a abordagem de Briet (1951), isto é, para além da concepção de que documento é unicamente toda a base de conhecimento que materialmente fixada é capaz de ser usado para consulta, estudo e prova, pois, na visão de Briet (1951), configura-se também numa base material, susceptível à coleta, organização, preservação, acesso, análise e classificação, cuja representação e salvaguarda permitem visualizar conteúdos pelas gerações futuras.

Para melhor compreensão e aprofundamento da importância da charge como meio de informação, no próximo tópico da pesquisa, será analisada a revista O Pasquim, que foi um importante canal de comunicação e de denúncia dos abusos cometidos pelas autoridades durante a Ditadura Militar.

5 CENSURA IMPOSTA À IMPRENSA NA DITADURA MILITAR

Muito se tem falado, tanto na mídia como no meio acadêmico, sobre censura na Ditadura Militar brasileira. Nessa seção, a seleção sobre tal tema se deu segundo os autores que pudessem contextualizar censura no plano da publicação de charges em jornais.

Para tanto, utilizou-se os seguintes autores: Marconi (1980) e Kucinski (2002) para demonstrar o poder da censura em limitar o acesso da população a informação.

Numa visão ampliada, a censura tem em sua natureza a intenção de controlar ou, até mesmo, impedir a liberdade de expressão, geralmente materializada por produtos comunicacionais ou práticas artísticas.

A intenção de criminalizar determinado ponto de vista ou conteúdo informativo pode ter como objetivo a manutenção de uma compreensão determinada sobre um assunto, do *status quo*, evitando mudanças de pensamento e compreensão num determinado grupo e a consequente vontade de mudança que possa surgir do estímulo causado pela comunicação efetiva (MARCONI, 1980).

A censura praticada pelo governo civil-militar no Brasil (1964-1985) foi um dos elementos mais marcantes e discutidos sobre o período e revela a severidade do regime autoritário que governava o país. Os meios de comunicação eram controlados pelos órgãos censores do governo, que tentava transparecer paz e estabilidade social (MARCONI, 1980).

Marconi (1980, p. 38) comenta, historicamente, sobre esse tema e afirma que: “mas foi principalmente a partir da edição do AI-5 que toda a imprensa brasileira iniciou sua penosa caminhada para tentar exercer seu papel de informar à opinião pública, ao tempo em que sofria toda sorte de violência, das quais a censura foi a mais visível”.

Especificamente sobre as maneiras como aconteciam a censura, Marconi (1980, p. 43) lembra que:

A censura policial que se estendeu por nove anos foi basicamente de dois tipos: a primeira, através de bilhetinhos e telefonemas que determinavam os assuntos que não deveriam ser abordados pela imprensa; a

segunda, chamada censura prévia, com censores – policiais revisando todo o material a ser divulgado.

Ainda na obra de Marconi (1980), verifica-se o comportamento dos meios de comunicação que se opunham a algumas restrições impostas pelo governo civil-militar:

Os órgãos de comunicação que ousaram se rebelar contra as vergonhosas proibições escritas e telefônicas tiveram de suportar, por longo tempo, a indesejável presença de policiais-censores, a lerem, nas redações ou oficinas gráficas, todos os originais produzidos pelos jornalistas. Ou então se sujeitar a enviar para as sedes da Polícia Federal no Rio de Janeiro, São Paulo ou até mesmo Brasília, às próprias custas, as matérias, para que fossem julgadas por misteriosos juízes, suficientemente autônomos para determinar o que mais de 100 milhões de brasileiros poderiam ou não tomar conhecimento (MARCONI, 1980, p. 61).

Bernardo Kucinski (2002) comenta e descreve a autocensura e como esse mecanismo, fruto do sentimento de amordaçamento provocado pela repressão ideológica e violências simbólicas autuadas pelo regime ditatorial militar era um desdobramento natural do cerceamento opinativo e que criava dentro das próprias redações dos jornais um sentimento de desobediência e tensão, delegando certa criminalidade ao ato de se expressar.

A censura, no período do governo militar brasileiro, exerceu um poder de controle, ocultamento e repreensão a toda forma de comunicação que fosse contra o regime.

Para demonstrar como os “revoltosos” contra o governo disseminavam a informação e fugiam da censura, serão analisadas, a seguir, algumas charges do jornal ‘O Pasquim’, durante os anos de 1970, período em que a censura agiu de forma mais dura e violenta na imprensa brasileira.

Por exemplo, na história dessa publicação, Queiroz (2004) conta que o jornal buscou espaços alternativos para transmitir informação à população, sem que fossem prejudicados pela censura, criando assim um espaço público alternativo.

6 'O PASQUIM': ENFRENTAMENTO ATRAVÉS DO HUMOR

Teixeira (2008, p. 67; 81-82) categoriza o jornal quanto às suas funções, dentre eles de ele ser fonte de informação narrativa e histórica. O autor destaca que o exame retrospectivo de algumas publicações pode mostrar:

como foi o comportamento do veículo, durante determinada época, ao revelar os fatos selecionados, o destaque que eles obtiveram no jornal, o tipo de texto sobre o qual foi construída a notícia. Essas são informações fundamentais para construir o retrato de determinada época e para ressaltar a importância do jornal, não só como um instrumento de acompanhamento diário de uma seleção de fatos ocorridos no mundo e no local de sua circulação, mas, exatamente por isso, como um documento histórico desse mesmo mundo.

Queiroz (2004, p. 229) explica que 'O Pasquim' foi um jornal de imprensa alternativa, cuja atuação repousou na oposição à ditadura brasileira pela crítica dos costumes com forte inspiração na filosofia existencialista de Jean-Paul Sartre. Para a autora, seu êxito estava relacionado a sua linguagem, que conjugou política e humor (QUEIROZ, 2004, p. 229).

O *Pasquim* foi iniciado em meados do ano de 1969 e terminou em 1991. É reconhecido como um dos principais exemplos da imprensa alternativa brasileira no período histórico da ditadura civil-militar (1964-1985), tanto por suas posições críticas ao regime quanto por suas inovações jornalísticas.

A união de duas características inovadoras, quais sejam, o uso de imagens e o humor, compõe o núcleo deste trabalho, que objetiva analisar o humor chágico do jornal *O Pasquim* no contexto de repressão política da ditadura civil-militar brasileira (REGO, 1996).

Nesse contexto, a história de *O Pasquim*, que foi um jornal da imprensa alternativa,positor ao governo militar brasileiro, criticando os costumes impostos na época, com uma linguagem simples, unindo política e humor, principalmente após a promulgação do AI – 5, em 1968, tendo a radicalização da repressão, cortando o diálogo com a sociedade civil. Foi nesse período conturbado surgiram periódicos que transmitiam um ideal contra o regime, que ficaram conhecidos como imprensa alternativa (QUEIROZ, 2004, p. 230).

Segundo Queiroz (2004, p. 231) esses jornais “denunciaram

sistematicamente as torturas e violações dos direitos humanos; faziam, ainda, crítica ao modelo econômico”, criando assim um espaço público alternativo, cujo jornal que ganhava mais destaque nesse meio era O Pasquim, que, através do humor, “criticou paradigmas e enfrentou os tabus da moral vigente – liberação sexual, entre outros temas foram levantados e discutidos, suscitando escândalos e provocando reações apaixonadas”(QUEIROZ, 2004, p. 232)

Queiroz (2004, p. 232) destaca a originalidade de O Pasquim da seguinte forma:

As entrevistas do *Pasquim* tornaram-se a tribuna livre das vozes de oposição ao regime, o espaço para a manifestação de intelectuais, artistas e políticos. O humor foi, então, o veículo através do qual se viabilizou esta opção, que, de uma característica pessoal dos jornalistas do *Pasquim*, tornou-se um elemento de identificação com o público, ou seja, realizando-se numa relação coletiva.

O Pasquim era um jornal com uma grande originalidade, a qual provocou uma imagem do periódico, enquanto marco do jornalismo no Brasil, modificando a linguagem jornalística ao reproduzir na linguagem escrita a linguagem oral, e isso acabou por influenciar a propaganda, como também transformando a linguagem coloquial, se “utilizando de palavrões, que estavam disfarçados, através de neologismos, que podiam ser falados, publicados e (re) interpretados” (QUEIROZ, 2004, p. 233).

Se utilizou da linguagem humorística para lutar contra a censura, com técnicas humorísticas, no traço e no texto, que variavam de acordo com a personalidade de cada autor (QUEIROZ, 2004). Contava com figuras de destaque na imprensa brasileira, como Ziraldo, Millôr Ciribelli, Miguel Paiva, Prósperi, Claudius e Fortuna, se juntaram ao time. Como símbolo do jornal foi criado o ratinho Sig (de Sigmund Freud) alter/ego de Jaguar, baseado na anedota da época que dizia que "se Deus havia criado o sexo, Freud criou a sacanagem" (QUEIROZ, 2004).

Para tanto, após um estudo teórico sobre as possibilidades políticas do humor, com ênfase na descrição do conceito de humor de transgressão, serão analisadas charges publicadas pelo *O Pasquim* durante o período de seu surgimento até o fim do governo Médici, período dos dois primeiros ciclos do jornal, que foram organizados para análise por temática de charge.

7 AS ANÁLISES DAS CHARGES NO JORNAL ‘O PASQUIM’

Nessa seção, as charges do jornal ‘O Pasquim’ que foram selecionadas para as análises se referem à década de 1970. Isso porque ‘O Pasquim’ começou sua dedicação editorial de enfrentamento à ditadura militar nesse período.

Durante a pesquisa presencial na Fundação Biblioteca Nacional, no período entre os meses de maio e junho de 2017, foram encontradas doze charges no catálogo da hemeroteca da instituição.

Semelhante ao trabalho realizado por Bidarra e Reis (2013), as charges foram analisadas sob a perspectiva de sua funcionalidade interacional, criativa e social.

A primeira evoca a noção de contexto onde se pode analisar a interação entre o produtor da charge com o seu público. A segunda refere-se ao seu valor criativo para favorecer o processo de comunicação de ideias junto ao público. A terceira que evidencia seu caráter de registro textual como evidência das situações políticas durante o período de ditadura militar.

Sob esta possibilidade, optou-se pela categorização de contextos expressos nas charges, o que permitiu a identificação de assuntos pertinentes às questões políticas da época de produção das charges analisadas. Desse modo, cada grupo de charges será apresentado no quadro a seguir.

Quadro – Relação de quantidade de charges com os assuntos identificados

EDIÇÕES	ASSUNTO	QUANTIDADE
36, 37, 39 e 43	Censura	4
55 (3), 80 e 83	Abuso de poder	5
80, 103 e 104	Anistia	3
Total		12

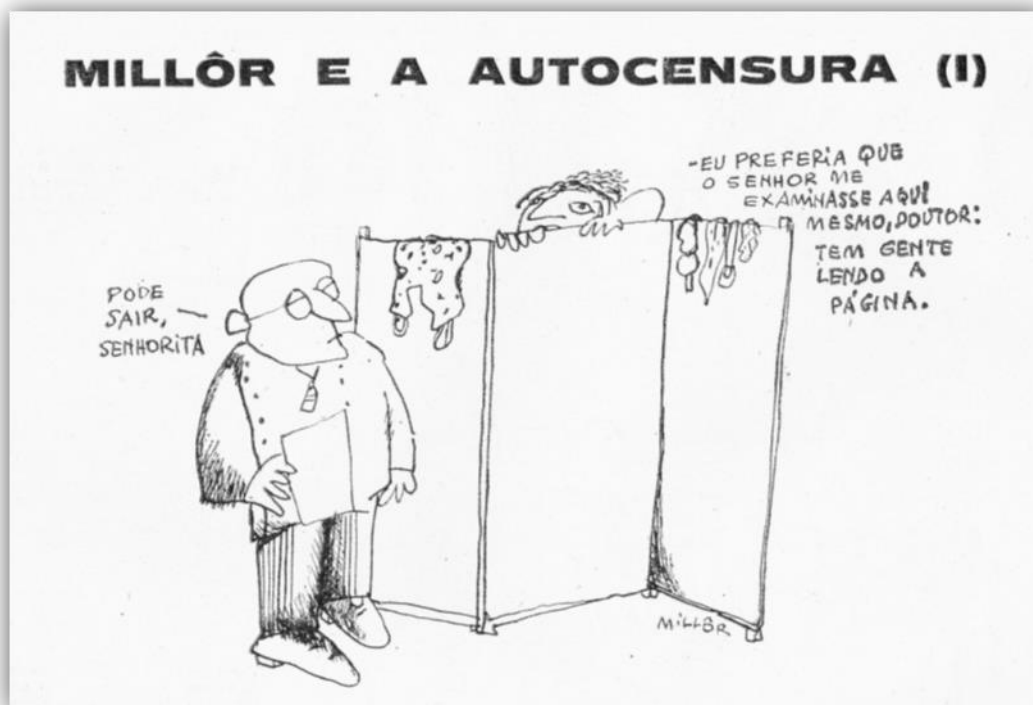
Fonte: o autor.

O quadro acima sintetiza a quantidade de assuntos e charges encontradas nas edições na década de 1970. A seguir, as charges são analisadas segundo essa categorização. Para tanto, utilizou-se os seguintes autores para enriquecer esta parte da pesquisa, são eles: Gomes (2013), Petrini (2012); Flores (2002), Rego (1996), Kucinski (2001) e Queiroz (2004, 2006, 2008).

7.1 Censura

A imagem na **charge 1**, segundo Queiroz (2006), apresenta uma cena simples, em que um médico, no início de uma consulta, pede ao paciente que tire suas roupas e se prepare para o atendimento. A paciente, com vergonha dos leitores, responde que prefere ser examinada por trás da divisória.

Charge 1 – A autocensura



Fonte: Millôr, *O Pasquim* n. 39, 1970.

Analisando que o chargista, em apresentar essa narrativa, seria a de ironizar o próprio processo produtivo do jornal, indicando um possível autocontrole dos jornalistas na construção dos textos e imagens. O fato de “ter gente lendo a página” sugere uma possibilidade de censura, argumentado que as informações contidas ali poderiam ser ofensivas ao governo e deveriam ser analisadas com cuidado antes de serem impressas.

Segundo Gomes (2013, p. 35) uma “das principais características da charge é a referência a outros eventos e textos, cabendo ao leitor estabelecer os elos para construção do sentido proposto pelo chargista”. O humor apresentado pela afirmação da paciente esclarece uma nova compreensão no leitor sobre a produção do *O Pasquim*, compartilhando a apreensão do grupo

com o crescimento de poder de censura dos órgãos censores do governo, “a autocensura é um tipo fortíssimo de censura, desenvolvido pela pressão comercial, jurídica e moral, que a própria dinâmica social impõe” (PETRINI, 2012, p. 202).

Observo na charge que a transgressão se apresenta na medida em que o receptor percebe o ato de ser censurado e os possíveis prejuízos que ela pode trazer para a criatividade e liberdade do jornal.

O humor de revolta, além de iniciar um movimento de contestação à censura, apresenta e divide um problema que seria recorrente na vida do *O Pasquim*. Também denuncia o movimento da autocensura, segundo Queiroz (2006), que condicionada pela apreensão da censura oficial, resume-se no medo e atitude do grupo em não pautar questões passíveis de repressão.

A imagem na **charge 2** fala sobre a censura e foi produzida sob as mesmas perspectivas da primeira, do mesmo autor e da mesma série. A diferença central, segundo Petrini (2002), além da narrativa, é a nomeação ou identificação dos autores de críticas ao governo militar. A diferença central reside na presença de um tipo *hippie* na cena e o fato de ele ser o detentor da crítica ao governo civil-militar.

Charge 2 - A autocensura 2



Fonte: Millôr, *O Pasquim* n. 43, 1970.

Na minha análise sobre essa charge, observo que a autocensura é uma repressão do comportamento que se manifesta sobre um indivíduo em função de suas ideologias, crenças etc., que no período da ditadura militar brasileira, a autocensura foi um comportamento comum da sociedade que colaborou com os militares, especialmente uma boa parte da imprensa que se viu obrigada a se adequar ao regime.

A **charge 3** desta sessão sobre censura apresenta uma situação hipotética em que o censor não conhece o neologismo e pede ajuda para um companheiro de trabalho enquanto faz a leitura do conteúdo.

Charge 3 – Censura prévia na imprensa



Fonte: Ziraldo, *O Pasquim* n. 36, 1970.

Segundo Petrini (2012) a censura prévia incidia sobre as pautas do *O Pasquim*, assim como em toda a imprensa nacional, o projeto de cada edição tinha que ser submetido aos órgãos oficiais do governo civil-militar para a supervisão e inspeção das matérias, entrevistas e imagens.

Uma das maneiras criadas pelos jornalistas do *O Pasquim* para burlar os censores e perpetuar seus objetivos pelos textos e páginas do jornal era o neologismo com os palavrões, termos que seriam certamente cortados pela censura prévia.

A estratégia de substituir palavrões por neologismo que insinuem a intenção da palavra depreciativa foi largamente utilizada pelo grupo do jornal e eram construídas nas conversas de bar entre os integrantes, maneiras de burlar a censura.

Acredito que o humor utilizado nessa situação ridiculariza a figura do censor e enaltece a estratégia de enganar a repressão da liberdade de expressão e imprensa. Sob um olhar cuidadoso da charge se encontra uma crítica à própria ditadura, a sua ignorância e despreparo, realçando a ideia de força bruta da repressão.

Já na **charge 4**, do chargista Fortuna, possui grande mérito em mostrar o mecanismo da censura prévia em uma situação corriqueira e comum aos leitores menos politizados do jornal, aproximando-se de uma imagem quase didática no desvelar os recursos de repressão do Estado.

Charge 4 – A censura prévia



Fonte: Fortuna, *O Pasquim* n. 37, 1970.

Antes mesmo de indicar ou insinuar algum tipo de comentário, o personagem já recebe uma negativa. Sem entender, argumenta que não tinha dito nada e recebe como réplica a afirmação de que a negação, antes mesmo da pergunta, é censura prévia.

Ainda que emane um sentimento um pouco machista, pela forma de representação feminina e da própria situação, a charge exemplifica de maneira produtiva a situação da censura prévia. Analiso que essa imagem simboliza a época de medo e incertezas na qual nossa sociedade vivia em relação a

política, tanto que para reforçar o sentido dessa charge, segundo Gomes (2013, p.52), a charge “recebe fortes influências do conhecimento sobre o ambiente cultural, artístico e social no qual a imagem foi gerada”.

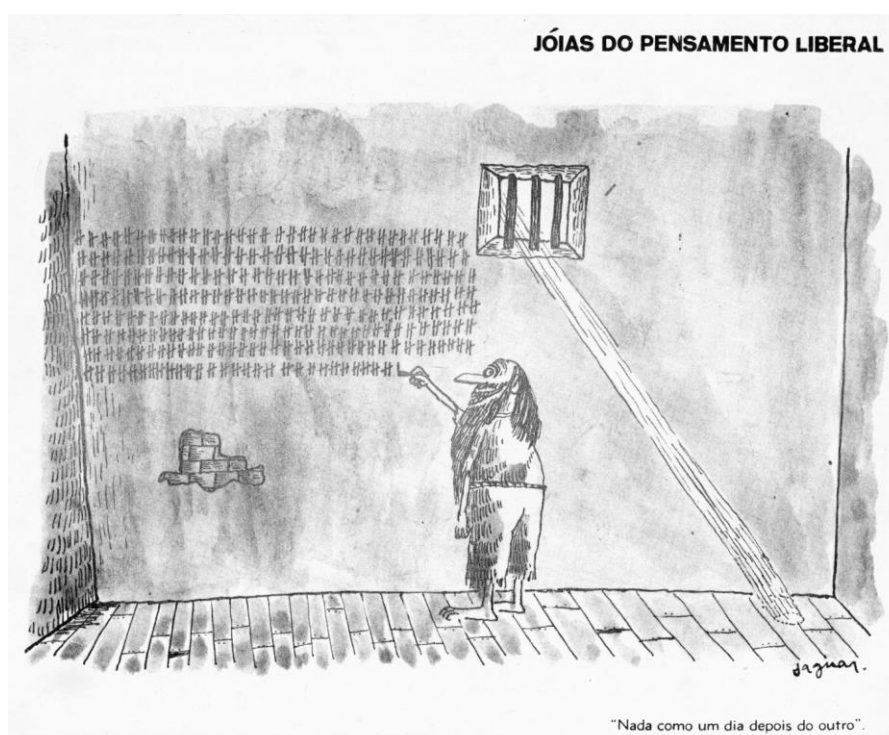
7.2 Prisões e abuso do poder político

A charge 5 trata da temática das prisões e utiliza como slogan a frase “nada como um dia depois do outro”, com isso o chargista inicia um movimento de “aceitação” da condição de repressão e prisão no período.

Para Norma Rego, que reflete uma síntese para a questão das charges sobre prisões, “as imagens no *Pasquim* quase representam mais do que texto. Em muitos casos, parecem representar, na ordem peculiar de organização e produção daqueles, o motivo de ser do jornal” (REGO, 1996, p. 96).

Analiso que a imagem ironiza e até “suaviza” a forma de tratamento dada aos opositores do governo, já que na realidade os prisioneiros eram torturados e colocados em condições humilhantes, como forma de, como lição, não se propagarem ideias contrárias ao governo, isso quando sobreviviam as torturas, que segundo Petrini (2012), como os diversos tipos de repressão (física e psicológica).

Charge 5 – Pensamento liberal na prisão



Fonte: Jaguar, *O Pasquim* n. 83, 1971.

Aliando a essa compreensão, a expressão do personagem e a quantidade de dias já marcados na parede, constrói um cenário de conformismo com a situação representada e, ainda mais, de aceitação de que as ações de contestação e críticas ao regime pode mesmo levar o indivíduo à prisão e a solução para isso é o passar dos dias.

Já a **charge 6**, reproduzida junto a um dos textos da seção “Dicas”, faz referência ao período em que integrantes do jornal estiveram presos e aproveita o espaço para dar indicações de possíveis leituras para o público consumidor. Essa seção “Dicas”, que comumente era publicada dentro do espaço destinado às cartas enviadas ao jornal, segundo Queiroz (2008), era tratada com especial atenção pelo grupo e representava um espaço, também, de defesa política.

Charge 6 – Dicas de leitura



• **LEITURAS**

Os nove volumes da *Historia Universal* de H. G. Wells, Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade, muita história em quadrinhos, tudo isso foi lido nas minhas férias. E tudo isso é muito conhecido também, de maneira que não é agora que vou falar destes caras.

De novo mesmo, e bacana, foi o seguinte: as novas histórias do Capitão América, nas quais Stan Lee está fazendo o nosso herói viver interessantíssimos problemas existenciais, o argentino Puig em excelente tradução de Joel Silveira (*Boquinhos Pintadas* é o nome do livro) e *Complexo de Portnoy*, o best-seller-com-tôda-razão de Philip Roth, um tremendo escritor e humorista. Em matéria de leitura é o que se me apresenta no momento. — (Sérgio Cabral)

Jaguar revelou-se homem de extraordinária cultura: traçou *Guerra e Paz* de Tolstoi, em francês. No geral, foram consumidos mais de cem livros, que variaram de *The Bedside Playboy* a *Plutarco's Lives* (este último nem preciso dizer quem foi que leu, né?), sem falar nos luminares da cultura pop (Capitão América atravessa uma fase neurótica, que Francis classificou de maníaco-depressiva).

Para satisfação da Sabiá, comunico a Rubem Braga que *Boquinhos Pintadas*, de Puig (na tradução porreta de Joel Silveira) obteve grande êxito, especialmente junto a Fortuna e Jaguar, que a classificaram de obra - fora - do-comum.

E pode parecer plada, mas levanta muito o moral ler Graciliano e Dostoiévski, especialmente *Memórias do Cárcere* e *Recordações da Casa dos Mortos*. — (Flávio Rangel)

Fonte: O Pasquim n. 80, 1970.

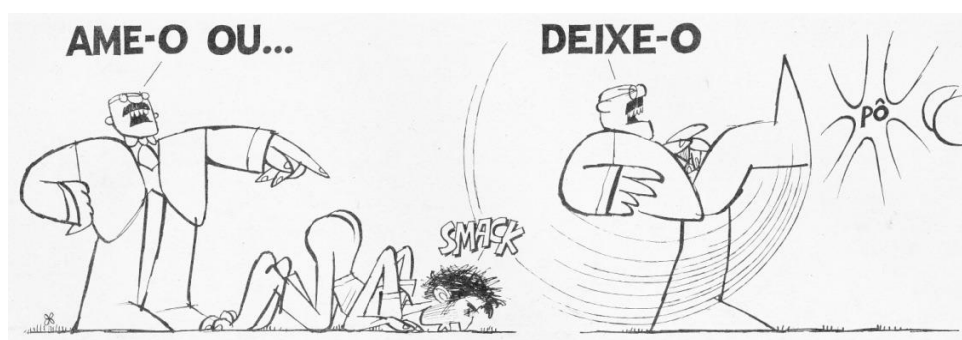
Nesta situação, se pode analisar o humor da charge realçada a um movimento de resgatar o tema prisão com certa despreocupação e ironia, e iniciar um relaxamento do período em que estiveram na prisão, não apenas amenizando o fato de terem sido presos, como também a própria liberdade de imprensa e expressão, ameaçada pelo regime. Segundo Queiroz (2004, p. 237) “as páginas da seção *Dicas* no jornal funcionavam como uma praça pública: ponto de encontro de ideias, opiniões e informação, espaço de troca pessoal, de cumplicidade, de polêmica e desacordo”.

Para Norma Rego, ao comentar o estilo pasquiniano de planejar e criar suas publicações, afirma que:

Por tudo isso, estavam aptos a criticar a classe média, todo o pavor que ela sentia pelo novo, o diferente, seu modo de escolher sempre a medida menor para tudo o que não representasse símbolo de status social, a determinação em não fazer o mínimo protesto quando lhe tomavam algo que lhe era de direito – enfim, suas características bem famosas mas pouco “castigadas”. O Pasquim, em seus poderosos textos e desenhos de humor, punha o dedo na ferida (REGO, 1996, p.38)

A **charge 7** apresenta e discute a campanha militar de cunho nacionalista fazendo, segundo Queiroz (2013), uma crítica explícita: ou o cidadão brasileiro ama seu país, e esse amor é materializado pela completa submissão da pessoa perante o governo, com direito a beijo no chão e posição constrangedora frente ao responsável pelo controle de seu comportamento; ou a pessoa é, literalmente, chutada para fora do Brasil

Charge 7 – Anos de chumbo



Fonte: Ziraldo, *O Pasquim* n. 55, 1970.

Observando a imagem, acredito que o governo, ao propor a campanha, buscava um controle de comportamentos e cerceamento do pensamento, não uma proposta de condições em que se obriga a escolha do cidadão, ou seja, o indivíduo era forçado a aceitar o que o governo “recomendava”. Para Petrini (2012, p. 167) essa charge de Ziraldo “é uma sátira à campanha ideológica do governo”.

Em sentido oposto, a **charge 8**, que foi apresentada no espelho da edição 55 do jornal e ao lado da primeira charge analisada sobre a campanha, apresenta outra possibilidade de humor para o leitor do *O Pasquim*. Para Gomes “a compreensão da mensagem da charge depende do conhecimento das condições de enunciação da mesma”. (GOMES, 2013, p.55-56)

Charge 8 – Incerteza política



Fonte: Ziraldo, *O Pasquim* n. 55, 1970.

Ao apresentar a temática da campanha com um personagem decidindo seu posicionamento frente ao questionamento do slogan em um jogo de sorte, o desenho potencializa a compreensão de que a questão não é merecedora de uma reflexão política aprofundada e de que para o cidadão tanto faz o resultado, ou se ama ou se deixa.

A presença dessas duas charges na mesma edição do jornal, dedicada ao chargista Ziraldo, demonstra a falta de preocupação com o humor praticado e entendimento de suas possibilidades políticas no momento da enunciação do material iconográfico.

A **charge 9** apresentada abaixo, de autoria de Jaguar, é componente, no mínimo, de mesma importância que o texto na matéria sobre uma nova lei no novo código penal brasileiro. O texto, curtíssimo, apenas anuncia o conteúdo da reportagem que tem toda sua lógica e explicação na imagem, que por sua vez, tem traços simples e uma lógica de movimento embutida nas possíveis três cenas que a compõe.

Charge 9 – Novo código penal



Fonte: Jaguar, *O Pasquim* n. 83, 1970.

O olhar do leitor é direcionado, portanto, para a charge que, com seu potencial imagético e persuasivo, consegue apresentar um pensamento complexo em apenas um quadro. O novo código do país penal prevê que a sentença para crimes com pena de no máximo um ano deve sair em até vinte minutos após a audiência.

7.3 Anistia política

Kucinski (2001) comenta como a anistia foi planejada e executada mais tarde, tendo sido, em seu projeto de leis, utilizada também para esconder crimes políticos e, inclusive, físicos, como torturas e assassinatos.

Comenta o autor:

O projeto da anistia sintetiza [...] todos os compromissos e contradições do processo de abertura. Inclusive o acordo não escrito entre as diversas facções do estabelecimento militar, de que a abertura não levará à investigação do passado, de que o aparelho de repressão não será investigado e julgado, de que o passado não será exumado. Para atender especificamente esses requisitos, o projeto incorpora duas extravagâncias: ficam anistiados, ampla e totalmente, os acusados de crimes “conexos aos crimes políticos” (eufemismo para as torturas e outras violações dos direitos humanos praticadas sob o pretexto de combater as guerrilhas urbanas); é criado um procedimento sumário pelo qual os parentes dos desaparecidos podem obter rapidamente uma “declaração ausência”, que substituiria a certidão de óbito para efeitos legais, uma tentativa do governo de sepultar juridicamente os cadáveres insepultos dos desaparecidos (KUCINSKI, 2001, p.107-108).

Segundo Petrini (2012, p. 157), para reforçar a ideia de liberdade afirma que “o jornal *O Pasquim* representou os movimentos libertários organizados por setores da sociedade, em prol da anistia, da liberdade, pelo fim da ditadura e pela abertura política democrática no final da década de 1970, utilizando os gêneros discursivos iconográficos de humor”.

A **charge 10** apresenta uma situação ficcional em que um general militar conta uma notícia positiva ao exilado, ao mesmo tempo em que ele morre decepado por uma guilhotina. A charge tem um potencial transgressor no humor, pois, ao retratar a situação dos anistiados, revela aos leitores a perversidade do regime e possibilita outro entendimento sobre os casos de exílio político.

Charge 10 – Lei da anistia



Fonte: Jaguar, *O Pasquim* n. 80, 1970.

A charge nos conta que apenas a anistia não foi suficiente e que, inclusive, foi tarde. Os crimes já tinham sido planejados e executados e, portanto, permitir o perdão às violações políticas era um plano elaborado para calar a oposição que exigia a volta dos exilados e, também, esconder outros tipos de crime.

A **charge 11** apresentada discute a anistia somada à desigualdade social, identificada pelo cidadão personagem. Em um desenho simples, com clara importância dada ao diálogo, a imagem revela, a partir das duas possíveis raízes epistemológicas para o termo “anistia”, toda a desigualdade existente na sociedade brasileira e o fácil reconhecimento por parte de pessoas comuns.

Charge 11 – Problemas da anistia

Ziraldo



Fonte: Ziraldo, *O Pasquim* n.103, 1971.

Pode-se usar como definição o poder de transmissão de informação da charge, através das palavras de Flores:

A importância da charge enquanto texto decorre não só do seu valor como documento histórico, como repositório das forças ideológicas em ação, mas, também, como espelho de imaginário de época e como corrente de comunicação subliminar, que ao mesmo tempo projeta e reproduz as principais concepções sociais, pontos de vista e ideologias em circulação. (FLORES, 2002, p. 10).

Não apenas a desigualdade de renda foi tratada na charge, mas também a desigualdade de opiniões e posturas que, no contexto repressor da época, eram respondidas com prisões, torturas, exílios, e mesmo, assassinatos. Interessante notar como, por meio de uma charge, toda a compreensão que é possível para aquele período de anos foi deflagrada e veiculada.

A **charge 12** ironiza, fazendo uso do humor como elemento constitutivo de sua linguagem (FLORES, 2002); a afirmação do primeiro personagem ao citar um percentual, cria confusão no possível jornalista que, atento, pergunta se estão falando de inflação ou da anistia.

Charge 12 – A anistia e a inflação



Fonte: Ziraldo, *O Pasquim* n. 104, 1971.

Para se esclarecer sobre o assunto da inflação, Petrini diz:

A inflação era alta e, à medida que a burguesia e a classe média emergiam economicamente devido às altas taxas de lucros, favorecendo a concentração de renda no país, pelo lado oposto, a classe trabalhadora era submetida a uma violenta exploração salarial, com grande parte dos trabalhadores recebendo menos da metade do salário mínimo, alto índice de acidente de trabalho, a mortalidade infantil aumentava e o índice de analfabetismo crescia assustadoramente (PETRINI, 2012, p. 122).

Notadamente, a transgressão potencializada é inerente ao reconhecimento de que a anistia também foi um processo lento e gradual, possuidor de arbitrariedades que intentavam esconder possíveis crimes contra os direitos humanos e, na visão dos militares, um processo quantificável, que esquecia a subjetividade daqueles que tinham sofrido torturas e morrido em favor da liberdade de expressão e liberdade política.

8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

À luz dos objetivos de pesquisa, os resultados são discutidos. A análise das charges podem ser compreendidas como registro histórico, capaz de documentar o teor político de um determinado contexto social, pois, como expressão de linguagem, elas são temporais, tendo seu conteúdo o peso e a relevância em determinados períodos históricos aos quais elas satirizam, no caso desse estudo, a Ditadura Militar.

As análises referentes às charges demonstram que a informação que se pode obter sobre o período histórico em questão pode ser analisada sob dois aspectos: a charge como linguagem e a charge como documento veiculado pelo periódico O Pasquim.

Desse modo, a informação contida nas charges, para a sociedade permite revelar sua importância para que gerações futuras possam conhecer mais sobre o acontecimento histórico da Ditadura Militar brasileira.

Através das charges, eram transmitidas mensagens, que apesar do teor humorístico, tinham como objetivo alertar seus leitores sobre os abusos e injustiças pelos quais nosso país estava sofrendo durante o governo militar.

Nesse sentido, o valor de linguagem das charges reforça sua natureza temporal, pois, deriva de uma motivação criativa destinada a um consumo imediato, ao fornecer informação ao público leitor sobre determinado acontecimento em um dado momento ou situação.

Uma vez que o jornal O Pasquim pode ser considerado como fonte de informação narrativa e histórica, a charge adquire valor de documento que por sua vez tem valor potencial de memória quando salvaguardado por instituições de documentação e memória intelectual.

A possibilidade de acesso às charges do jornal 'O Pasquim' na hemeroteca da Fundação da Biblioteca Nacional reflete a noção de documento tanto dessa publicação quanto dos seus conteúdos, o que inclui as charges ao longo do tempo publicadas. O que viabiliza a relação entre documento e memória coletiva através das ações de colecionismo, organização e preservação feitas pela biblioteca.

No contexto de salvaguardar essa memória coletiva, se leva em consideração o trabalho do bibliotecário para preservar, nesse caso, o

periódico que publicava as charges, e do qual ainda possui a capacidade de transmitir humor e informação rápida, de forma simultânea, espelhando em seus traços a turbulência política da época em que as charges foram caracterizadas.

Analisando as charges se verifica a importância das instituições de memória, como é o caso da Biblioteca Nacional, quanto à preservação documental para efeitos de salvaguarda da memória que se dá mediante ações de coleta, organização e preservação, como é o caso do catálogo da Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional.

A charge com valor de documento permite que hoje e no futuro se possa estudar, preservar e recuperar o conhecimento transmitidos pela charge, em sua linguagem satírica e de combate às forças políticas que sedimentaram a Ditadura Militar no Brasil.

Nesse sentido, considera seu valor de registro histórico, sendo abordados os temas predominantes nas charges no jornal O Pasquim na época da Ditadura Militar, que eram censura, abuso de poder e anistia política nos meios de comunicação.

Nesse contexto, pode-se inferir que as charges se constituem em documento que registra informações para o enfrentamento à Ditadura Militar, servindo de base para consulta e prova, tal como define Briet (1951) em seu conceito sobre documento.

Por fim, as análises apontam duas dimensões de valores de enfrentamento político, uma a partir da criação e transmissão do gênero literário carregado de técnicas da linguagem para atingir o efeito de consumo imediato junto ao leitor do jornal. A outra dimensão abarca o sentido de registro histórico pelo documento que é capaz de ser organizado e preservado para acesso e conhecimento sobre os conteúdos pelas gerações futuras.

9 CONCLUSÃO

A charge pode ser compreendida como registro capaz de transmitir algum conteúdo de teor político de um determinado contexto histórico porque sua produção e comunicação tem um valor de consumo imediato face à linguagem com a qual é construída.

Sob a abordagem sociointeracionista da linguagem, a charge é gênero textual passível de processo interpretativo. No entanto, sob a perspectiva de documento, a charge é material intelectual que pode ser salvaguardado com valor de documento, pois se utiliza do mínimo de texto e desenhos para registrar e representar, em caráter humorístico, conteúdos informativos capazes de despertar ao seu consumidor a noção informativa sobre determinado acontecimento.

Sendo parte do documento seriado, as charges no jornal O Pasquim foram transmitidas à sociedade com algum grau informativo e refletia os ideais e ideias dos produtores da publicação seriada, cuja linguagem era de forma simples e de prática compreensão para seu leitor.

Nesse sentido, seu valor histórico se verifica na documentação que permite avaliar e analisar o contexto histórico das charges no jornal. Desse modo, os temas políticos encontrados predominantemente nas charges de O Pasquim, durante o período da ditadura militar, foram essencialmente sobre censura de veículos de informação, jornais e revistas, por exemplo, abuso do poder político e anistia política. Esses foram os temas recorrentes durante o período traçado de pesquisa, a década de 1970, quando a repressão e a censura praticadas durante o regime militar foram mais duras.

Essa categorização dos temas políticos predominantes nas charges do jornal 'O Pasquim' entre os anos de 1970 a 1976, da ditadura Militar, foram resultados de análise na literatura e do método empregado por Gomes (2015) no plano da análise documental.

Como respostas às perguntas de pesquisa, pode-se concluir que as charges têm seu lugar como recurso de linguagem e fonte de informação, valor de memória histórica e de denúncia e enfrentamento ao Regime Militar.

Nesse cenário, foram e continuam sendo na atualidade recursos

documentais cuja construção foi baseada em linguagem, através do humor e originalidade, de crítica aos diversos problemas sociais, principalmente no âmbito da política.

Foi de forma enriquecedora descobrir sobre o pioneirismo de O Pasquim em ser a voz da sociedade num período tão conturbado na história do nosso país, como foi a Ditadura Militar Brasileira. Reunindo artistas talentosos na arte de desenhar charges, como Ziraldo e Millôr, se utilizando de seus talentos para se opor a censura, violência e abuso de poder praticados durante o regime militar.

É importante continuar os estudos sobre a importância, tanto no campo histórico como informacional das charges, que possuem uma enorme capacidade de informar, sempre no contexto histórico em que foram produzidas, com muito humor, objetividade e respeito aos seus leitores.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6033**: ordem alfabética. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

AGOSTINHO, Aucione Torres. **A charge**. São Paulo, ECA/USP, 1993.

ARAGÃO, Verônica Palmira Salme de. **Charge e cartum: uma perspectiva semiolinguística do discurso**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. De Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BRAGA, J. C. **Objetos de Aprendizagem: Metodologia de desenvolvimento**". Santo André: Editora da UFABC, v. 2. ,2015

BRIET, Suzanne. **Qu'est ce la documentati3n?** Paris: Éditions Documentaires, 1951.

BIDARRA, Jorge; REIS, Leidiani da Silva. Gênero charge: construção de significados a partir de uma perspectiva interdisciplinar e dinâmica. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 38, n. 64, p. 150-168, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/3409>>. Acesso em: 14 maio 2017.

CÂMARA, Amanda; SANTOS, Roberta; TASSIS, Nicole. Se não entender, a gente desenha: a charge como via alternativa para a crítica social na imprensa capixaba durante a ditadura pós-1964. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015. **Anais...** Porto Alegre: ALCAR, 2015. GT História da Mídia Alternativa, não paginado. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-alternativa>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

CAVALCANTI, Maria Clara Catanho. Charge: intertextualidade e humor. **Revista Virtual de Letras**, Recife, v. 4, n. 2, ago./dez., 2012. Disponível em: <<http://www.revlet.com.br/artigos/155.pdf>> Acesso em: 21 set. 2016.

FLORES, Onici. **A leitura da charge**. Canoas, RS: Ed. ULBRA, 2002.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014. p. 223.

GHILARDI, M. I. A charge jornalística e a questão da informatividade. **Revista do Instituto de Letras – PUCCAMP**, Campinas, v. 15, n. 1/2, p. 1-7, dez. 1996.

GOMES, Thulio Pereira Dias; SOUZA, Rosali Fernandez de. **Estrutura narrativa da charge: variável da análise documentária**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16. , 2015, João Pessoa. Pôster... João Pessoa: UFPB, 2015.

GOMES, Thulio Pereira Dias. **Temas e questões em análise documentária de charge**. 2013. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso – (Graduação em Biblioteconomia). Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global, 1980.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

MOTTA, Rodriga Patta Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da História do Brasil**. São Paulo: Leya, 2011.

PEREZ, Luana Castro Alves. **Charge**. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/redacao/charge.htm>>. Acesso em: 2 maio 2017.

PETRINI, Paulo. Gêneros discursivos iconográficos de humor no Jornal O Pasquim: uma janela para a liberdade de expressão. 2012. 246 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2012.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. O Pasquim: um jornal que só diz a verdade quando está sem imaginação (1969-1991). **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 31, p. 229-252, jul./dez. 2004.

_____. *O Pasquim*: aos amigos, tudo; aos inimigos, justiça. **Teoria e Debate**, n. 67, ago./set. 2006.

_____. *O Pasquim*: embates entre a cultura política autoritária e a contracultura. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, ano 3, v. VI, n. 2, dez. 2008.

RAMOS, Paulo. Descubra a diferença entre Tira, Charge e Cartum. Revista Conhecimento Prático da Língua Portuguesa. [S.l.], n. 58, mar. 2016.

Disponível em:

<[http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Paulo%20Ramos%20\(UNIFESP\).pdf](http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Paulo%20Ramos%20(UNIFESP).pdf)>. Acesso em: 2 maio 2017.

REGO, Norma Pereira. **O Pasquim**: gargalhantes pelejas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

SILVA, Maria de Fátima da; PRADOS, Rosália Maria Netto. **Os subentendidos das charges**. Suzano, SP: UNISUZ, 2010

SILVA, Rosilene Alves da. **O discurso político na charge**. Belo Horizonte : UFMG, 2008.

SOUZA, Ana Carolina Luiza. **Análise do discurso aplicada em charges e cartuns políticos**. Patos de Minas: UNIPAM, 2008.

TEIXEIRA, Nísio. Jornais. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRAS, Paulo (Org.). **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 67-87.

TEIXEIRA COELHO. **O que é Indústria Cultural**. Brasília, DF: Editora Brasiliense, 1993.

TOZZI, Camila Cristina Branquinho Barbosa et al. Charge política: realidade satirizada na mídia impressa. **Rec-Revista Eletrônica de Comunicação**, Franca, v. 5 , 2008.

VERGUEIRO, W. C. S.; D'OLIVEIRA, Gêisa Fernandes. Se Maomé não vai à montanha...: charge e crítica social no limiar do século XXI. **ALCEU**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 86-95, jun. 2007.

ZIRALDO. **A última do brasileiro**: quatro anos de história nas charges do Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: CODECRI, 1975. (Edições do Pasquim, v. 3).